

EM nº /2017/MEC

Brasília, de de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Cumprimentando-o cordialmente, submetemos à apreciação de Vossa Excelência proposta de Decreto que atualiza o atual Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006, e suas alterações, e dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e pós-graduação **lato sensu** no sistema federal de ensino, regulamentando as previsões da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB, no que se refere à oferta de cursos de educação superior de graduação e sequenciais, e da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

2. A mudança normativa tem por objetivo aperfeiçoar procedimentos e desburocratizar fluxos, reduzir o tempo de análise e o estoque de processos e melhorar a qualidade da atuação regulatória do Ministério da Educação – MEC. Do ponto de vista da expansão da educação superior, as inovações propostas contribuem para o crescimento da oferta, em instituições públicas e privadas, de forma a contribuir para o alcance da Meta 12 do Plano Nacional de Educação – PNE, instituído por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas no segmento público. Com tal expansão, há, ainda contribuições para o alcance de metas e estratégias relacionadas à educação básica, à educação profissional e tecnológica e à formação de professores, incluindo aspectos relativos à democratização do acesso, inclusão social e educação continuada, previstas na LDB e na Constituição Federal.

3. O Decreto ora proposto atende, ainda, à estratégia 12.19 do PNE, que prevê a reestruturação, com ênfase na melhoria de prazos e qualidade da decisão, no prazo de dois anos, dos procedimentos adotados na área de avaliação, regulação e supervisão, em relação aos processos de autorização de cursos e instituições, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou recredenciamento de instituições, no âmbito do sistema federal de ensino.

4. Participaram das discussões da proposta com o MEC, por meio de órgãos colegiados e instâncias institucionais, as Instituições Federais de Educação Superior, as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as Instituições Comunitárias de Educação Superior e as Instituições de Educação Superior Particulares, por meio de fóruns e entidades representativas.

5. O novo Decreto abarca a regulação, avaliação e supervisão de instituições e cursos de educação superior, sejam eles nas modalidades presencial ou a distância, considerando ainda as recentes inovações introduzidas pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Ele se aplica as instituições do sistema federal de ensino, composto, nos termos do art. 16 da LDB, pelas instituições de ensino mantidas pela União, instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e pelos órgãos federais de educação.
6. O desafio de regular e supervisionar tal sistema se torna evidente quando nos deparamos com um universo composto de 2.218 instituições credenciadas para oferta de cursos superiores, sendo 2.111 delas privadas, 63 Universidades Federais e 41 instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Tais instituições ofertam, por sua vez, 34.366 cursos de graduação, que passam por processos periódicos de reconhecimento e renovação de reconhecimento, assim como de credenciamento institucional.
7. Segundo dados do Censo da Educação Superior 2016, divulgados recentemente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, a educação superior brasileira vem passando por transformações que exigem o aperfeiçoamento de seu sistema regulatório. O ensino superior brasileiro continua crescendo e hoje já está atingindo mais de oito milhões de alunos, número similar ao de estudantes do ensino médio. No entanto, para o alcance das metas do PNE, é necessário quase que dobrar o número de matrículas na educação superior, considerando, ainda, as especificidades de faixa etária que devem acessá-lo, conforme previsto no Plano.
8. As 197 universidades existentes no país equivalem a 8,2% do total de instituições, mas concentram 53,7% das matrículas em cursos de graduação. Das IES brasileiras, 83,3% são faculdades, nas quais estão matriculados apenas 26,7% dos estudantes. Essas instituições, que não detêm prerrogativas de autonomia, são fortemente impactadas pelas alterações do decreto ora apresentado, que amplia o uso de indicadores de qualidade para a concessão de bônus regulatórios e gera maior agilidade na análise dos processos.
9. Entre 2015 e 2016, o número de matrículas na educação superior continuou crescendo, mas essa tendência desacelerou. Entre 2006 e 2016, houve aumento de 62,8%, com uma média anual de 5% de crescimento. Em relação a 2015, entretanto, a variação positiva foi de apenas 0,2%.
10. Em 2016, cerca de três milhões de alunos ingressaram em cursos de educação superior de graduação. Desse total, 82,3% se matricularam em instituições privadas. Após uma queda observada em 2015, o número de ingressantes teve um crescimento de 2,2% em 2016. Houve aumento expressivo nos ingressantes dos cursos a distância, atingindo quase 1,5 milhão de estudantes em 2016. Entre 2006 e 2016, a educação a distância passou de 4,2% para 18,6% do total de matrículas da educação superior, com um aumento de mais de 20% em relação a 2015. Nos cursos presenciais, houve um decréscimo de 3,7% no número de ingressantes.
11. As matrículas da rede pública seguem em crescimento, com destaque para as instituições federais de ensino. A rede federal consolida-se como o maior sistema público, com participação de 62,8% das matrículas totais, e com mais de 1,2 milhão de alunos, registrando o maior crescimento entre todas as redes no período de 2015 a 2016, com um aumento de 2,9% de matrículas. Para além do sistema federal de ensino, por sua vez, as redes estaduais ocupam 31,3% das matrículas de 2016 e as redes municipais, 5,9%. No entanto, para cada cinco alunos da rede privada, há um estudante matriculado na rede pública.
12. Os cursos de bacharelado respondem por cerca de 70% das matrículas, mas as licenciaturas tiveram crescimento de 2015 para 2016, alcançando cerca de 20% do total das matrículas no ensino superior, sendo 38,1% delas em instituições públicas e 61,9% em instituições privadas. Os cursos superiores de tecnologia, por sua vez, em que pesem as possibilidades de atendimento às demandas do mundo do trabalho, tiveram pequena redução na oferta, respondendo por 11,8% do total, sendo que mais de 40% delas já são a distância. Entre os cursos com maior número de matrículas estão Direito, Administração, Pedagogia, Engenharia Civil, Ciências

Contábeis, Enfermagem, Psicologia, Formação de Professor de Educação Física, Arquitetura e Urbanismo e Engenharia de Produção, nesta ordem.

13. Quanto à ocupação das vagas, em 2016 foram ofertadas mais de 10,6 milhões de vagas em cursos de graduação. Dos processos seletivos para vagas novas realizados no ano, 33,5% das vagas foram preenchidas. Cursos presenciais apresentam maior ocupação, de 47,2%, enquanto cursos a distância possuem ocupação de apenas 19,9%.

14. Mais de um 1,1 milhão de estudantes concluíram a educação superior em 2016. Nos últimos dez anos, a variação do número de concluintes em cursos de graduação foi maior na rede privada, com 62,6%, enquanto na rede pública esse crescimento foi de 26,5% no mesmo período.

15. Diante desse cenário e da necessidade de ampliar o acesso ao ensino superior, garantindo a devida qualidade prevista na LDB, o MEC propõe aperfeiçoar os fluxos regulatórios, dos processos de avaliação e de supervisão de instituições de educação superior e cursos de graduação. O novo decreto trará profundas transformações, tanto conceituais como procedimentais – detalhados no Anexo desta Exposição de Motivos –, o que irá conferir melhoria na qualidade da atuação reguladora do MEC em relação ao sistema federal de ensino, com transparência, racionalidade e celeridade no tratamento dos processos e fortalecimento das atividades de supervisão, para garantia de qualidade da oferta e do direito dos estudantes. Todas essas alterações serão articuladas com a revisão dos normativos internos do MEC e com as alterações necessárias em sistemas informatizados e demais formas de interação com as instituições de ensino.

16. Ao lado deste grande processo de revisão da regulamentação, por meio de normas que significaram importantes avanços para a modernização e desburocratização dos procedimentos regulatórios, o MEC também envidou esforços para, ao mesmo tempo, enfrentar os desafios do grande volume de processos – incluindo o passivo existente. O ritmo de análise e conclusão de processos está sendo priorizado, incluindo esforços do próprio MEC, bem como do INEP e do Conselho Nacional de Educação – CNE.

17. Nessa linha, as mudanças implementadas e a presente proposta de novo marco legal são um incentivo à qualidade da oferta da educação superior, visando ao desenvolvimento da sociedade para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Assim, tem-se por objetivo coadunar a necessidade de uma regulação justa, transparente e previsível, que esteja alinhada com o desenvolvimento do país e com o crescimento econômico, ao mesmo tempo em que se prima pela qualidade dos serviços ofertados na educação brasileira.

Respeitosamente,

MENDONÇA FILHO

Ministro de Estado da Educação

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

- ✓ Meta 12 do PNE que exige “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos”.
- ✓ Normativos relacionados à regulação, à avaliação e à supervisão são esparsos, pouco claros, modificados com frequência e não atendem às inovações por que passaram o sistema de ensino, suas instituições e cursos e mesmo os estudantes.
- ✓ Tempo de análise de processos para credenciamento de instituições e autorização de cursos cria obstáculo à expansão da educação superior, levando à concentração da oferta e à manutenção da exclusão de áreas e regiões da oferta, ainda concentrada em determinados centros.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

- ✓ Uniformiza tratamento regulatório dos processos EaD em relação aos processos de cursos presenciais, de forma a evitar dicotomias entre as modalidades.
- ✓ Obriga a definição de calendário anual de abertura do protocolo de ingresso e conclusão de processos regulatórios, de forma a conferir previsibilidade para a análise dos processos.
- ✓ Deixa clara a possibilidade de implantação de diversos processos simplificados de acordo com os resultados da avaliação e conforme regulamento a ser expedido pelo MEC, incluindo possibilidades de dispensa de visita de avaliação externa **in loco**.
- ✓ Permite que IES que tenham decisão desfavorável protocolem novos processos de credenciamento ou autorização imediatamente e não somente após dois anos, de forma a permitir que considerem a avaliação em seu caráter somativo e aperfeiçoem os projetos apresentados – que serão submetidos a todas as etapas de avaliação e regulação normalmente.
- ✓ Prevê que processos regulatórios que tenham sido arquivados por iniciativa das IES implicam renúncia ao seu direito de análise, não podendo ser desarquivados posteriormente.
- ✓ Amplia o número de aditamentos ao ato autorizativo a serem feitos pela própria instituição, listando e reduzindo o número daqueles que exigem ato prévio do MEC.
- ✓ Prevê o credenciamento de instituições exclusivamente para oferta de cursos a distância, ou para ambas as modalidades, como já previsto no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, possibilitando a atuação de instituições vocacionadas para esta modalidade.
- ✓ Esclarece que não é possível credenciar uma instituição caso não haja cursos de graduação avaliados satisfatoriamente. É necessário pelo menos uma graduação com oferta regular, independente da modalidade.
- ✓ Estabelece que as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES criadas por lei têm dispensada a edição de credenciamento prévio pelo MEC para funcionamento e oferta de cursos, nos termos de sua lei de criação; ou seja, não é necessário ato ministerial prévio, diminuindo o número de processos a serem analisados.
- ✓ Pedido de credenciamento em nova modalidade e alterações de organização acadêmica – para centro universitário ou universidade – passam a se dar em processo de credenciamento e não mais em processos de credenciamento como tal. Com isso, reduz-se o número de processos

em trâmite e unifica-se todas as alterações de natureza institucional em um processo, com visita única e que considere o novo cenário da instituição, ampliando a vigência do ato de credenciamento original.

✓ Estabelece que a avaliação externa **in loco** será realizada para grupos de cursos, cursos do mesmo eixo tecnológico ou área de conhecimento, por comissão única de avaliadores, ao invés de por meio de seis visitas individualizadas, conforme regulamento a ser expedido pelo MEC, para credenciamentos e autorizações, reconhecimentos e renovações de reconhecimento de cursos, reduzindo o prazo das avaliações.

✓ Traz para o Decreto os requisitos para credenciamento como centros universitários ou universidades, atualmente detalhados em resoluções do Conselho Nacional de Educação - CNE. Os critérios até então previstos foram aperfeiçoados, para induzir a qualidade da atuação das IES e contribuir para o desenvolvimento da educação superior e mesmo para o desenvolvimento social, científico e tecnológico do país, considerando que tais instituições irão gozar de prerrogativas de autonomia.

✓ Prevê a ampliação dos prazos para credenciamento e credenciamento de instituições, bem como de sua prorrogação, pautado pela proposta já enviada por este Ministério de revogar o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, e passar a contar com prazos previstos em Decreto Presidencial, não em lei.

✓ Permite que IES solicitem credenciamento acompanhado de cinco cursos de graduação, mas inova ao estabelecer que as licenciaturas não estão incluídas neste total, seja em uma nova instituição ou em **campus** fora de sede de centros universitários.

✓ Para credenciamento e credenciamento, exclui documentos relativos às esferas estadual e municipal, de forma que essas verificações sejam feitas nas esferas competentes, simplificando fluxos e procedimentos.

✓ Detalha a previsão de demonstrativos de sustentabilidade financeira da instituição e inclui a previsão de apresentação de certidões de regularidade relativa à Seguridade Social, além do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS já previsto, nos termos da previsão da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional e da LDB, que estabelece que o ensino é livre à iniciativa privada, respeitada, entre outros, a capacidade de autofinanciamento. No credenciamento, a comprovação de tais regularidades passa a ensejar o sobrestamento dos processos regulatórios e a instauração de processo administrativo de supervisão, de forma a mitigar os riscos de descontinuidade para os estudantes que estão sendo atendidos.

✓ Traz a possibilidade de que alguns documentos possam ser substituídos por parecer de auditoria independente que demonstre condição suficiente para assegurar a sustentabilidade financeira da instituição mantida.

✓ Simplifica a análise processual dos credenciamentos e credenciamentos de instituições federais de ensino e de escolas de governo, já que se trata de instituições vinculadas ao poder público e que possuem particularidades no que se refere à documentação existente.

✓ Estabelece que as verificações junto ao Ministério da Fazenda, à seguridade social e ao FGTS poderão ser feitas diretamente pelo MEC, em consonância com as disposições contidas no Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, de modo que compete às IES manter sua situação cadastral e de regularidade em ordem.

✓ Estabelece que o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI deve conter, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, a previsão da oferta de cursos e programas de pós-graduação **lato** e **stricto sensu** e a previsão de que devem ser contemplados nos documentos da instituição todo o planejamento de cursos presenciais e também a distância, o que pode ser verificado pela inclusão dos tutores no perfil de docentes e tutores, na criação de polos de educação a distância no cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e na previsão de organização didático-pedagógica da instituição.

✓ Estabelece, ainda, que a instituição que atue na educação a distância deve detalhar nos seus documentos a articulação entre as modalidades presencial e a distância e incorporação de

recursos tecnológicos, a abrangência geográfica planejada para a atuação na EaD, a relação de polos de educação a distância previstos para a vigência do PDI, a infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de educação a distância, a descrição da metodologia e das tecnologias envolvidas na modalidade e sua correlação com os cursos a serem ofertados e, por fim, a capacidade de atendimento do público-alvo.

✓ Lista a necessidade de previsão de ações de transparência e divulgação de informações da instituição no PDI, considerando previsão expressa da LDB e mesmo da Lei de Acesso à Informação.

✓ Explicita a previsão de que o PDI deve detalhar a previsão de eventuais parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições, de forma a restar comprovada a capacidade de atendimento dos cursos a serem ofertados, seja pela IES ou pela sua parceira, na forma da legislação específica.

✓ Inclui a previsão de projeto de acervo acadêmico em meio digital, utilizando-se método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais. Prevê, ainda, acervos virtuais e/ou físicos para as bibliotecas.

✓ Aprimora o fluxo existente hoje para autorizações vinculadas ao credenciamento, com análise pelo CNE e posterior homologação do parecer pelo Ministro de Estado da Educação.

✓ Traz para o Decreto a previsão já existente na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que instituiu o Programa Mais Médicos, de que o Ministério da Educação poderá estabelecer procedimentos específicos para o credenciamento de instituições de educação superior privadas e autorização para a oferta de curso de Medicina. Atualmente, esta normatização já está consolidada em editais e portarias ministeriais, que poderão ser aprimoradas à luz do novo Decreto.

✓ Prevê que mantenedoras que possuam todas as suas IES com Conceito Institucional – CI maior ou igual a quatro (numa escala de zero a cinco) obtido nos últimos cinco anos poderão ter processo simplificado para o credenciamento prévio de novas IES. Tais instituições, durante o credenciamento prévio, poderão ofertar apenas cursos já reconhecimentos com CC maior ou igual a quatro nas outras instituições da mantenedora. Caso o credenciamento definitivo não se confirme após a verificação das condições da instituição, a mantenedora ficará impedida de protocolar novos processos de credenciamento pelo prazo de dois anos.

✓ Estabelece vedações imediatas para instituições que deixem de protocolar processos de credenciamento e reconhecimento de curso após o prazo previsto para vigência do seu ato.

✓ Estabelece a possibilidade de que faculdades que atinjam conceito institucional máximo nas duas últimas avaliações (CI 5) e que ofertem pelo menos um curso de pós-graduação **stricto sensu** reconhecido pelo MEC passem a registrar seus próprios diplomas de graduação e de pós-graduação. Hoje, somente os centros universitários podem efetuar os registros dos próprios diplomas sem recorrer a uma universidade, o que dificulta a celeridade na entrega de documentações aos estudantes.

✓ Estabelece que a manutenção das prerrogativas de autonomia de universidades ou centros universitários depende da manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para o credenciamento na respectiva organização acadêmica, o que, se não cumprido, ensejará a celebração de protocolo de compromisso e poderá ensejar a determinação de medida cautelar de suspensão das prerrogativas de autonomia.

✓ Esclarece previsão já existente de que uma IES credenciada em determinada modalidade pode ofertar cursos de pós-graduação **lato sensu** somente nessa modalidade. A oferta de pós **lato sensu** exige a oferta regular de pelo menos uma graduação, condição necessária para a manutenção da existência de uma IES.

✓ Estabelece que instituições que ofertem exclusivamente cursos ou programas de pós-graduação **stricto sensu** reconhecidos pelo MEC (e que não sejam credenciadas como IES) podem oferecer cursos de pós-graduação **lato sensu** nas modalidades presencial e a distância.

✓ Centros universitários passam a também solicitar o credenciamento de unidades em município diverso da abrangência geográfica do ato de credenciamento em vigor, desde que no

mesmo Estado da sede da IES e que possuam Conceito Institucional – CI maior ou igual a quatro na unidade fora de sede a ser credenciada e na última avaliação externa **in loco** na sede. Até então, somente universidades possuíam tal prerrogativa. Tais pedidos podem ser acompanhados de até cinco autorizações de curso, para além das licenciaturas.

✓ Quanto à autonomia dos **campi** fora de sede, prevê que os de universidades poderão gozar de autonomia caso possuam um quinto do corpo docente contratado em regime de tempo integral e um terço do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado. Os **campi** fora de sede de centros universitários, por sua vez, não gozarão de prerrogativas de autonomia. No caso das instituições federais, poderá haver procedimento específico para concessão de autonomia.

✓ Estabelece que transferências de manutenção se dão no âmbito civil, com a venda de uma instituição para outra mantenedora. Essa operação deve ser informada ao MEC e pode ensejar o recredenciamento em um ano, caso a mantenedora não possua outras IES, ou nos termos do ato de credenciamento da instituição, caso a mantenedora já possua instituições em regular funcionamento.

✓ Estabelece que IES que estejam em processo de descredenciamento ou sem a oferta efetiva de aulas pelo prazo superior a vinte e quatro meses não podem ser vendidas ou passar por processo de transferência de manutenção, posto que essas são condições fundantes para sua existência como instituição de ensino credenciada pelo MEC.

✓ Mantém apenas os cursos de Direito e Medicina como não contemplados nas prerrogativas de autonomia de centros universitários e universidades. Esta previsão, que constava do art. 28 do atual Decreto nº 5773, de 2006, contava ainda com Odontologia, Psicologia e Enfermagem. A alteração tem por objetivo atender estritamente aos cursos em que há previsão em lei para tal, sem incluir outras previsões por meio de Decreto. Os processos de Direito contarão com manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, nos termos do art. 54, inciso XV, da Lei 8.906, de 04 de julho de 1994, e os de Medicina observarão as disposições da Lei 12.871, de 22 de outubro de 2013. Tais manifestações continuam tendo caráter opinativo, mas se darão em até trinta dias improrrogáveis, a contar da solicitação do Ministério da Educação, e não mais em prazos de sessenta dias prorrogáveis, como ocorria até aqui e postergava em muito o tempo de conclusão dos citados processos. A OAB se manifestará, ainda, nos processos de reconhecimento de cursos de graduação em Direito.

✓ Estabelece que os processos relativos a cursos experimentais e a cursos superiores de tecnologia considerarão suas especificidades, inclusive no que se refere à avaliação externa **in loco** e à análise documental.

✓ Em cursos presenciais, define que o reconhecimento de curso na sede não se estende às unidades fora de sede, mas que o reconhecimento se estende às unidades educacionais no mesmo município, o que não estava claro no Decreto anterior. Tal previsão não dispensa a necessidade de avaliação **in loco** em todas as unidades educacionais que se configurem local de oferta do curso.

✓ Prevê obrigações que se colocam à mantenedora e à IES quando do encerramento de curso, descredenciamento como IES ou em uma das modalidades, de forma a conferir segurança do sistema regulatório e dos estudantes.

✓ Permite a transferência do acervo acadêmico de instituição descredenciada para IES regular, que irá se responsabilizar pela sua guarda e manutenção integral, seja em meio digital ou físico. Complementarmente, imputa a responsabilidade civil e penal ao representante legal da mantenedora, inclusive nos casos de negligência ou de utilização fraudulenta do acervo acadêmico.

✓ Formaliza a realização de chamada pública para transferência assistida de estudantes regulares em caso de descredenciamento de IES, dando solução para continuidade aos estudantes afetados.

- ✓ Nos aspectos relativos à supervisão, evidencia as prerrogativas e direitos das IES e suas mantenedoras, especialmente o direito à ampla defesa e ao contraditório, bem como os recursos, ampliação dos prazos para manifestação das instituições e a previsão expressa do tempo de vigência e alcance das medidas cautelares a serem aplicadas e penalidades previstas na LDB. Com isso, o Decreto torna mais transparentes as possibilidades de atuação do MEC contra instituições e cursos.
- ✓ Divide o processo de supervisão em fases distintas, de procedimento preparatório de supervisão e diferenciando procedimentos saneadores ou sancionadores, de acordo com as situações em que incorre a instituição.
- ✓ Prevê a articulação da SERES com os conselhos de profissões regulamentadas para a execução das atividades de supervisão, incluindo o monitoramento da implantação de novas IES e cursos, permitindo a potencialização das ações de supervisão, devido à capilaridade e abrangência dos conselhos.
- ✓ Especifica as penalidades a serem aplicadas, indicando-se a possibilidade de comutação, recentemente incluída na LDB.
- ✓ Inclui a previsão de extensão das penalidades à mantenedora da instituição, no sentido de restringir o protocolo de novos processos de credenciamento pelo prazo de dois anos, de forma a prevenir o cometimento de novas irregularidades por outra instituição do mesmo grupo.
- ✓ Introduce o processo administrativo de supervisão de rito sumário, com o intuito de conceder celeridade ao trâmite processual nos casos de oferta sem ato autorizativo por instituição que possua pedido de credenciamento em tramitação e de evitar prejuízos irreversíveis à sociedade. Prevê o arquivamento dos processos regulatórios protocolados pela IES que iniciou a oferta antes do ato de credenciamento, e não mais o seu sobrestamento.
- ✓ Torna explícito que a oferta de educação superior por instituição não credenciada pelo MEC é vedada, reiterando que estudos realizados em curso ou em instituição sem o devido credenciamento não são passíveis de convalidação ou aproveitamento por instituições credenciadas.
- ✓ Amplia a responsabilização dos dirigentes nos processos de supervisão e eventual encaminhamento de situações e outros processos às esferas cabíveis, externas ao MEC e ao âmbito educacional, tais como o Ministério Público Federal, para apuração da situação e eventual responsabilização civil e penal dos envolvidos.
- ✓ Reitera que a avaliação no âmbito do Sinaes ocorrerá nos termos da Lei nº 10.861, de 2004, e da legislação específica. Define, em nível de Decreto: os fluxos do processo de avaliação externa **in loco**, os conceitos institucionais e de curso, que considerarão as dimensões da avaliação previstas em Lei; a participação de avaliadores capacitados em instrumentos específicos a serem designados pelo INEP, que manterá o Banco de Avaliadores – BASis e o Banco de Avaliadores do sistema de escolas de governo; que a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação – CTAA é o órgão de acompanhamento dos processos de avaliação do Sinaes e como instância recursal dos relatórios de avaliação e de manifestação sobre inclusões e exclusões de avaliadores do BASis.
- ✓ Traz para Decreto que a avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de cursos de graduação se dá por meio do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, de acordo com ciclo avaliativo trienal a ser definido pelo MEC. No mesmo sentido, prevê a manutenção de Banco Nacional de Itens da Educação Superior – BNI-ES e detalha outros aspectos do Exame.
- ✓ Determina que o MEC poderá, a qualquer tempo e motivadamente, realizar ações de monitoramento e supervisão de instituições, cursos e polos de educação a distância, zelando pela qualidade da oferta e pelo atendimento adequado dos estudantes.
- ✓ Estabelece a possibilidade de processo simplificado visando à expansão da oferta de cursos de formação de profissionais do magistério para a educação básica, de cursos superiores

de tecnologia e de cursos em áreas estratégicas relacionadas aos processos de inovação tecnológica e à elevação de produtividade e competitividade da economia do País.

✓ Prevê que a transferência de estudantes para outra IES assegura o aproveitamento dos estudos realizados de maneira regular e restringe a oferta apenas a locais previstos na legislação de cada modalidade.

✓ Quanto à transparência da informação, prevê que as informações relativas às mantenedoras e às instituições de educação superior privadas apresentadas ao MEC são classificadas como reservadas, pelo prazo de cinco anos, nos termos da Lei de Acesso à Informação, resguardadas as informações de caráter sigiloso definido em lei e as de interesse dos estudantes, que devem ser divulgadas pela instituição.

✓ Reitera que as IES, independentemente do seu sistema de ensino, deverão manter seus dados atualizados junto ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC, mantido pelo MEC, bem como prestar anualmente as informações pertinentes ao Censo da Educação Superior, nos termos do Decreto nº 6.425, de 04 de abril 2008.

✓ Aborda, ainda, a necessidade de migração para o sistema federal das IES criadas pelo Poder Público Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, mas desvinculadas após a Constituição Federal de 1988, sendo atualmente mantidas pela iniciativa privada.

3. Alternativas existentes às medidas propostas:

Não se aplica

4. Custos:

Os dispositivos previstos na minuta de decreto não implicam custos para o Governo Federal.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência):

Não se aplica

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo):

Não há.

7. Alterações Propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)

Texto Atual

Não se aplica.

Texto Proposto

Não se aplica.

8. Síntese do parecer do órgão jurídico:

De acordo com o prosseguimento da proposta.

Brasília, de de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

